

## **Governo Eletrônico no Brasil: uma área de pesquisa sub-teorizada?**

**EDIMARA MEZZOMO LUCIANO**  
PUC-RS  
eluciano@puers.br

**MARIE ANNE MACADAR**  
PUC-RS  
marie.macadar@puers.br

**KAREN MARIA GROSS LOPES**  
PUC-RS  
kglopes@hotmail.com

Área Temática: Governo Eletrônico  
**Governo Eletrônico no Brasil: uma área de pesquisa sub-teorizada?**

**Resumo**

Este artigo trata do uso de teoria em governo eletrônico (e-gov). Artigos recentes em revistas científicas internacionais têm promovido reflexões e críticas acerca do grau de teorização da área de e-gov. Alguns autores apoiam a corrente de que a área está sub-teorizada, enquanto outros defendem que esteja hiper-teorizada. Dentro desse contexto, este artigo tem por objetivo compreender a utilização de teorias no ambiente científico brasileiro, no escopo de governo eletrônico. Por meio do processo de revisão sistemática de literatura, foram selecionados 96 artigos para análise, publicados entre 2003 e 2014. Como modelo de análise foi utilizada a tipologia proposta por Gregor (2006), em seu artigo *The Nature of Theory in Information Systems*, que apresenta cinco tipologias de teorias. A análise detalhada dos artigos mostra que a maioria deles (62%) se encaixa na Teoria para Análise, o tipo mais básico. O principal interesse das pesquisas brasileiras é na descrição do fenômeno (“o que é”), mais do que entender “porque”, “o que será” ou “como fazer algo”, que representam estágios necessários para o crescimento e qualificação de um campo de pesquisa. O estudo indica a necessidade de utilizar outros estágios de teorias nos estudos brasileiros sobre governo eletrônico.

**Palavras-chave:** Governo Eletrônico, teorias em ADI, uso *de* teoria

**Abstract**

This article discusses the use of theory in electronic government (e-gov). Recent articles in international scientific journals have promoted reflections and criticisms about the degree of theorization of the e-gov area. Some authors support the idea that the area is under-theorized, while others argue it is over-theorized. In this context, this article aims to understand the use of scientific theories in the e-government Brazilian context. Through a systematic literature review, 96 articles published between 2003 and 2014 were selected. The five types of theory typology proposed by Gregor (2006) in her article *The Nature of Theory in Information System* was used as the framework to analyze the papers. A paper detailed analysis shows that most of them (62%) fit to the Theory to Analysis, the most basic type. The main interest of Brazilian researches is the description of the phenomenon ("what"), rather than understand "why", "what will be" or "how to do something," representing necessary stages for the growth and qualification of a research field. The study indicates the need of the use of other stages of theories in Brazilian studies on e-government.

**Keywords:** electronic government, theories in MIS, *theories use*

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Governo Eletrônico (e-gov) tem se tornado uma poderosa estratégia de transformação do governo, por meio de programas com resultados expressivos em redução de custos, melhoria da qualidade do serviço, incremento da prestação de contas e controle social, além de ampliação da participação pública, entre outros benefícios (LUNA-REYES e GIL-GARCIA, 2011). Segundo Wang (2014), o uso intensivo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), tem transformado os governos em e-governos, trazendo valor para os cidadãos e para o próprio governo, além de incrementar o desempenho e eficiência da gestão pública. Para Bekkers (2013), governo eletrônico é um dos mecanismos utilizados na modernização do governo. Na mesma linha, Margetts (2009) afirma que o governo eletrônico pode ser definido como o uso, pelo governo, de tecnologias digitais internamente e externamente para interagir com cidadãos, empresas, outros governos e

organizações de todos os tipos. As tecnologias, que transformam as relações entre cidadãos e negócios, geram diversos produtos, quais sejam: melhores serviços públicos para os cidadãos, melhoria nas interações com empresas e a indústria, empoderamento dos cidadãos por meio de acesso à informação e mais eficiência na gestão governamental (GRÖNLUND, 2004).

A despeito dos diversos conceitos de *e-gov* encontrados na literatura, Yildiz (2007) cita que a pesquisa em *e-gov* tem produzido conceitos vagos, limitações metodológicas e simplificação exagerada de processos de desenvolvimento em governo eletrônico, especialmente levando-se em conta sua inserção em ambientes políticos e institucionais. Na mesma linha, de acordo com Heeks e Bailur (2007), a literatura de *e-gov* gera somente modelos e listas referentes a estágios de governo eletrônico. Para complementar, segundo Lee (2010), os diversos modelos de estágios de evolução do *e-gov* são incongruentes um com outro e são baseados em diferentes perspectivas e metáforas. Essas diferentes abordagens, além de dificultar o entendimento dos resultados das pesquisas, ainda reduzem o planejamento de futuras ações em *e-gov*. Meijer e Bekkers (2015) propuseram uma meta-teoria como um cubo em três dimensões, quais sejam: “explicação versus entendimento”, “individualismo versus holismo” e “manutenção versus mudança”. O objetivo destes autores era o de solucionar a fragmentação de teoria e reduzir a confusão teórica em *e-gov*, bem como distinguir as diferentes abordagens de conhecimento produzidas sobre governo eletrônico.

A conclusão de que os trabalhos tem pouca contribuição teórica, com baixa agregação de conhecimento ou como guia prático e, acima de tudo, com falta de rigor metodológico e nível baixo de generalização foi o resultado a que Heeks e Bailur (2007) chegaram após a análise de 84 artigos de governo eletrônico. Bannister e Connolly (2015) afirmam que uma questão persistente, na última década, é se a literatura de *e-gov* tem ausência de teoria. Outros autores vão na mesma linha de questionamento:

*A pergunta básica é se a pesquisa em e-gov constitui um área da ciência ou uma subárea de outra? (GRÖNLUND, 2004, p.6).*

*Será que e-gov se constitui em um campo científico?”(GRÖNLUND e ANDERSSON, 2006)*

*A questão-chave a ser respondida é: a ausência de teoria em e-gov é um problema? (HEEKS e BAILUR, 2007, p.255).*

As questões levantadas acima suscitam o debate acerca do grau de teorização da área de governo eletrônico. Para Grönlund e Andersson (2006) a área está sub-teorizada. Na mesma linha, Margetts (2009) aponta muitos *gaps* nas pesquisas de *e-gov* e pouca atenção nos *frameworks* teóricos gerados nas pesquisas de administração pública. Segundo Yildiz (2007), as pesquisas em governo eletrônico são não-teorizadas, sendo basicamente descritivas. Para complementar, Bekkers (2013) afirma que o conceito de governo eletrônico carece de algum rigor e, por conta disso, é um conceito sub-teorizado.

Por outro lado, Bannister e Connolly (2015) exploram o contra-argumento para sub-teorização afirmando que está longe de estar faltando teoria na área de governo eletrônico. Ou seja, há teorias disponíveis, mas a questão é se elas estão sendo utilizadas. Na mesma linha, Scholl (2010) reforça a confiança do governo eletrônico como um domínio de estudo que avançou além de seu estágio da infância. Já Avison e Malaurent (2014) afirmam que a ênfase em teoria foi muito longe e, por conta disso, trazem um contraponto: argumentam que artigos teóricos e não-teóricos podem ser rigorosos e relevantes. Os autores apresentam o conceito de “teoria light” como a descoberta de novos argumentos, fatos, padrões ou relacionamentos, que contribuem para a compreensão de algum fenômeno.

A discussão acerca da utilização de teorias nos estudos em *e-gov* o do papel destas teorias na qualificação dos estudos e na ampliação da sua contribuição tem sido feita no escopo internacional. A fim de trazer essa discussão para o contexto brasileiro, o objetivo deste artigo é entender como está sendo a utilização de teoria nas publicações científicas brasileiras. Será que a pesquisa em governo eletrônico no Brasil é sub-teorizada? O

conhecimento científico brasileiro tem baixo ou elevado nível de contribuição teórica? As pesquisas feitas no contexto brasileiro se limitam a descrever o fenômeno (como está a adoção de e-gov) ou vão além no alcance e nas proposições? Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática de literatura em artigos eletrônicos sobre e-gov publicados nas revistas científicas nacionais, analisando a utilização de teoria a partir da tipologia proposta por Gregor (2002; 2006). Segundo Luciano, Wiedenhöft e Macadar (2015), estudos exploratórios, deste tipo contribuem tanto para o avanço da teoria quanto da prática, mas principalmente a entender como um determinado campo de conhecimento opera e quais deveriam ser os seus próximos passos. Estudos como o realizado neste artigo, que utilizam o método de revisão sistemática de literatura, proporcionam uma avaliação do estado de conhecimento produzido em uma área de estudo científico. Permitem, também, avaliar questões relativas ao rigor, relevância e forma que estão sendo operacionalizadas as pesquisas naquele campo específico de estudo.

A principal razão para a adoção da tipologia de Gregor (2006) é porque ela é fundamentada em Sistemas de Informação, no qual *e-gov* é subdisciplina, mas também porque, segundo Bannister e Connolly (2015), ela provê um modelo claro e objetivo e é amplamente citada. O artigo registra 357 citações no *Web of Science* e 1.496 citações no Google Acadêmico, o que o torna um modelo referencial teórico relevante. A taxonomia proposta, inicialmente por Gregor (2002) e aprimorada em Gregor (2006), considera como método de classificação os objetivos primários do problema a ser resolvido, ou seja, depende da natureza do problema e as questões de interesse que são endereçadas. Além disso, a tipologia é baseada em conceitos fundamentais de explicação e predição, além dos relacionados à causalidade e generalização.

O artigo está dividido em quatro partes. Na primeira, esta Introdução, são abordados o tema, problema de pesquisa, objetivos e justificativa. Na segunda parte são tratadas as múltiplas conceituações da palavra “teoria”, além da apresentação da taxonomia utilizada para classificação dos artigos selecionadas durante a revisão. Na terceira parte aborda-se o método da pesquisa. Finalmente, na quarta seção, são apresentados os resultados da análise, seguidos das considerações finais.

## 2. EMBASAMENTO TEÓRICO

Uma boa teoria é relevante para a pesquisa acadêmica, provendo rigor e explicações, auxiliando as discussões com modelos e padrões e mesmo leis para entendimento do comportamento humano (BANNISTER e CONNOLLY, 2015). Para os autores, o significado da palavra “teoria” na academia ainda é confuso. A fim de buscar o consenso em relação ao conceito de teoria, Sutton e Staw (1995), definiram cinco características que, apesar de importantes, não constituem teoria, quais sejam, referências, dados, lista de variáveis ou construtos, diagramas e hipóteses.

Os problemas decorrentes da dificuldade de definição afetam a avaliação do grau de uso de teoria em *e-gov* e, ainda, afetam a avaliação quanto à posição da teoria em *e-gov* (BANNISTER e CONNOLLY, 2015). De acordo com o estudo de Grönlund e Andersson (2006), dos 80 artigos selecionados por eles, somente 30 puderam ser classificados como “pesquisa em *e-gov*”, com poucos casos onde a teoria não era somente estudo de casos ou descritiva, com análise e teste como base para geração de teoria.

A despeito das diversas definições e questões a respeito de teoria levantadas acima, faz-se necessário, para atendimento do objetivo proposto neste artigo, que se estabeleça um conceito de teoria único a ser empregado durante o processo de coleta e análise. Para tanto, será adotado o conceito definido por Gregor (2006, p. 616), especialmente pela aderência à taxonomia da própria autora, utilizada no método de análise dos artigos: teorias são entidades

abstratas que visam descrever, explicar, ampliar a compreensão do mundo e, em alguns casos, fazer prognósticos do que acontecerá no futuro e dar base para intervenção e ação.

A Figura 1 resume os cinco tipos de teorias, seus atributos e características.

**Figura 1 – Taxonomia dos tipos de teoria em pesquisa de Sistemas de Informação**

<b>Tipo de Teoria</b>	<b>Atributos Distintivos</b>	
I – Teoria para Análise	Diz “o que é”.	A teoria não se estende além da análise e descrição. Não faz relações causais entre os fenômenos e não faz previsões.
II. Teoria para Explicação	Diz “o que é”, “como”, “porquê”, “quando” e “onde”.	A teoria dá explicações, mas não visa fazer previsões com precisão com nenhum grau de precisão. Não tem hipóteses.
III. Teoria para Predição	Diz “o que é” e “o que será”.	A teoria faz prognósticos e tem hipóteses, mas não explicações causais justificativas bem-desenvolvidas
IV. Teoria para Explicação e Predição	Diz “o que é”, “como”, “porque”, “quando”, “onde” e “o que será”.	Fornece previsões e tem tanto hipóteses quanto explicações causais.
V. Teoria para Desenho e Ação	Diz “como fazer algo”.	A teoria dá prescrições explícitas (isto é, métodos, técnicas, princípios de forma e função) para construção de um artefato.

Fonte: Gregor (2006)

A seguir, os cinco tipos de teoria propostos por Gregor (2006) são detalhados a partir da adoção de uma perspectiva de natureza estrutural, conforme cita a autora.

**a) Tipo I – Teoria para Análise:** de acordo com Bannister e Connolly (2015) este é o tipo mais básico de teoria: analisa “o que é” ao invés de explicar causas ou predizer generalizações (GREGOR, 2006). Para Gregor (2002), este tipo de teoria deve ser utilizada quando o interesse é a descrição e categorização das entidades relevantes para a área. Em uma visão crítica, Bannister e Connolly (2015) salientam que este tipo de teoria é frequentemente chamada de “teoria fraca”, uma vez que não traz conhecimentos relevantes para área e, por conta disso, não é considerada teoria por diversos autores. Modelos conceituais, classificações, taxonomias, tipologias e conceitualizações são algumas das formas de apresentação deste tipo de teoria (GREGOR, 2006; BANNISTER e CONNOLLY, 2015).

**b) Tipo II - Teoria para Explicação:** de acordo com Gregor (2002), este tipo de teoria explica primeiramente o “como” e “porquê” o fenômeno ocorre, visto que as previsões testáveis sobre o futuro não são o interesse principal. Assim, a contribuição deste tipo de teoria para o conhecimento deve ser nova, interessante ou explicar algo pobremente entendido. Por conta disso, é conhecida como “teoria da compreensão” (GREGOR, 2006). Já para Bannister e Connolly (2015), este tipo de teoria é limitado por não conter nenhum grau de generalização e é comumente encontrada em um único estudo de caso não generalizável.

**c) Tipo III - Teoria para Predição:** diz “o que será”, predizendo resultados a partir de fatores explicáveis, mas não necessariamente promovendo o entendimento ou explicando as conexões de causa entre as variáveis dependentes e independentes (GREGOR, 2002). Por conta disso, é conhecida como “caixa preta” (GREGOR, 2006). Já para Bannister e Connolly (2015), este tipo de teoria é comum em ciências sociais, tipicamente baseadas em modelos estatísticos e correlações. Este tipo de teoria é, por definição, testável. A principal contribuição da Teoria para Predição é a descoberta de regularidades que eram desconhecidas antes. Por outro lado, a existência de correlações entre duas variáveis não implica, necessariamente, em uma relação causal (GREGOR, 2006).

**d) Tipo IV - Teoria para Explicação e Predição:** este tipo de teoria diz “o que”, “como”, “porquê”, “quando” e “o que será”. Este tipo de teoria é o que a maioria das pessoas entende ou conceitua quando fala sobre teoria (BANNISTER e CONNOLLY, 2015). Gregor (2006) explica que este tipo de teoria busca o entendimento das causas em conjunto com a predição, além da descrição dos construtos teóricos e o relacionamento entre eles. Este tipo de teoria possibilita investigações por meio de quase todos os métodos, como por exemplo estudos de casos, questionários, experimentos, análises estatísticas, estudos de campo, entre outros (GREGOR, 2002).

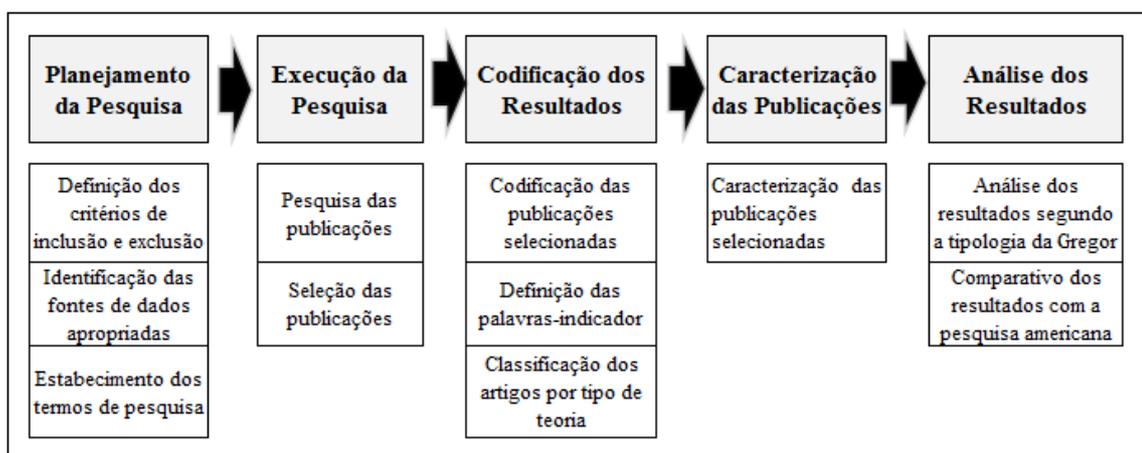
**e) Tipo V - Teoria para Desenho e Ação:** de acordo com Gregor (2002), este tipo de teoria pode tanto estabelecer metodologias e ferramentas para desenvolvimento de sistemas como também princípios para desenhar artefatos, métodos, processos ou sistemas. Trata de “como fazer” algo, sendo normativa ou prescritiva, definindo guias ou princípios que podem ser seguidos na prática (GREGOR, 2006). Para Bannister e Connolly (2015), este tipo de teoria ocupa um espaço importante no campo de Sistemas de Informação e, conseqüentemente, em *e-gov*.

Essa tipologia é o principal insumo utilizado neste artigo para o entendimento do uso de teorias em *e-gov* no Brasil.

### 3. MÉTODO DE PESQUISA

Esta pesquisa é caracterizada como um estudo descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa, por meio de revisão sistemática das publicações científicas brasileiras na área de governo eletrônico. Segundo Webster e Watson (2002), uma boa revisão contribui para o conhecimento e facilita o desenvolvimento de teoria. Na mesma linha, Wolfswinkel *et al.* (2013) entendem que uma rigorosa análise de literatura conduz para a descoberta de achados e é, ainda, uma área pouco explorada na comunidade acadêmica. Com base nos métodos propostos por Webster e Watson (2002), Bekkers (2013) e Wolfswinkel *et al.* (2013), foi elaborado o método utilizado nesta pesquisa, conforme representado na Figura 2.

**Figura 2 – Etapas da pesquisa**



O detalhamento destas etapas é abordado a seguir.

#### 3.1 Planejamento da Pesquisa

A etapa de planejamento foi feita seguindo os seguintes procedimentos:

**a) Definição dos critérios de inclusão e exclusão:** o primeiro passo foi a definição dos critérios de inclusão e exclusão de artigos. Como primeiro filtro para pesquisa, foram utilizados três critérios: artigos eletrônicos escritos em português, cuja temática e conteúdo

fossem de governo eletrônico e tivessem sido submetido à revisão por pares. Esse último é um mecanismo que ao ser utilizado reduz a quantidade de artigos selecionados, por outro lado amplia a qualidade do artigo pelo julgamento realizado por especialistas. Não foram colocados quaisquer limites de data da publicação, ou seja, foram pesquisadas os artigos nas bases desde a sua criação. Também não se restringiram os estudos a um determinado nível da federação, sendo todos objeto de seleção: federal, estadual e municipal.

**b) Identificação das fontes de dados apropriadas:** Na sequência, foi feita a opção pela OMNIS, ferramenta de busca que permite o acesso a um volume superior a 300 bases de dados eletrônicas, a fim de ampliar a abrangência da pesquisa.

**c) Estabelecimento dos termos de pesquisa:** essa decisão foi baseada na Biblioteca de Referência de Governo Eletrônico, a EGRL, criada e mantida, desde 2005, pela Universidade de Washington. É focada em literatura acadêmica em e-gov, e contém mais de 7.237 referências, tendo se tornado uma ferramenta indispensável para estudiosos de governo eletrônico (EGRL, 2015). A seleção de palavras foi feita de acordo com a análise crítica dos autores a partir da sua experiência sobre a realidade brasileira. As palavras utilizadas para pesquisa estão apresentadas na Tabela 1, a seguir.

### 3.2 Execução da Pesquisa

A etapa de execução da pesquisa foi feita seguindo os seguintes procedimentos:

**a) Pesquisa das publicações:** o primeiro passo foi realizar a pesquisa conforme os critérios de inclusão e seleção definidos na etapa de planejamento. As palavras utilizadas para busca, na ordem em que foram realizadas, são: “governo eletrônico”, “governo eletrônico AND teoria”, “e-gov”, “e-gov AND teoria”, “governo digital”, “e-government”, “governança eletrônica”, “G2G”, “G2C”, “G2B”, “G2E”, “governo 2.0”, “m-gov”, “e-serviços AND governo”, “democracia eletrônica”, “democracia digital”, “transparência eletrônica”, “transparência digital”, “compras eletrônicas”, “pregão eletrônico”. Durante as buscas as palavras foram escritas entre aspas a fim de garantir a completeza das palavras. A busca totalizou uma amostra de 96 artigos. De acordo com Wolfswinkel et al. (2013), é comum, durante a revisão sistemática de literatura, a necessidade de revisitar critérios de busca, por meio de um processo iterativo de refinamentos e ajustes, mas que deve sempre ser devidamente documentado. O ajuste mencionado acima teve que ser feito nesta pesquisa. Antes de começar a busca propriamente dita, a definição quanto aos termos de busca era pela utilização de cada palavra-chave em conjunto (por meio do operador AND) com a palavra teoria seguida de “\*”, de forma a possibilitar a busca da palavra teoria no singular e no plural. Após alguns testes realizados, constatou-se que este critério reduziria drasticamente a quantidade de artigos e, além disso, não atenderia a premissa do uso de conceito mais amplo de teoria, definido como base para este estudo. Por conta disso, optou-se pela busca das palavras-chave sem adição da palavra “teoria”.

**b) Seleção das publicações:** o primeiro passo foi a exclusão dos artigos duplicados, que totalizaram 30 artigos, que corresponde a 31% da amostra. Posteriormente, procedeu-se à leitura dos artigos e, a partir dessa análise, foram excluídos 37 artigos cujos estudos não se tratavam de e-gov nos governos brasileiros, mesmo que tivessem retornado na busca por palavras-chave. Assim, utilizando os dois filtros anteriores, restaram 29 artigos para o *corpus* da pesquisa, o que correspondeu a 30% dos artigos pesquisados. A relação desses artigos pode ser obtida junto aos autores. Segundo Meijer e Bekkers (2015), o resultado do processo de seleção gera um conjunto de artigos elegíveis, os quais a sua representatividade não está relacionada à quantidade de artigos analisados e sim na elegibilidade do *corpus* de publicações a serem analisadas. A Tabela 1 apresenta o processo de execução da pesquisa, desde a primeira seleção, passando pelos filtros de exclusão e finalizando com os artigos que foram selecionados como amostra para análise.

**Tabela 1 – Mapa do processo de seleção da amostra**

Palavra-chave	Artigos Pesquisados	Artigos Duplicados	Artigos Excluídos	Artigos Selecionados
e-government	34	7	17	10
governo eletrônico	11	0	4	7
democracia digital	10	7	1	2
e-gov	9	1	2	6
G2G	5	2	3	0
G2B	5	3	2	0
democracia eletrônica	5	0	2	3
G2C	4	2	2	0
governo eletrônico AND teoria	3	3	0	0
e-gov AND teoria	3	3	0	0
governo digital	2	2	0	0
governança eletrônica	1	0	1	0
transparência eletrônica	1	0	0	1
transparência digital	1	0	1	0
pregão eletrônico	1	0	1	0
compras eletrônicas	1	0	1	0
G2E	0	0	0	0
governo 2.0	0	0	0	0
m-gov	0	0	0	0
e-serviços AND governo	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>96</b>	<b>30</b>	<b>37</b>	<b>29</b>

Fonte: Dados da pesquisa

### 3.3 Codificação da Pesquisa

**a) Codificação das publicações selecionadas:** a primeira codificação foi realizada com as informações gerais de cada artigo, contendo o título do artigo, autor, ano, revista e quantidade de citações foi obtida pela pesquisa no Google Acadêmico.

**b) Definição das palavras-indicador:** segundo Webster e Watson (2002), a revisão de literatura é “centrada em conceitos”, uma vez que os conceitos é que organizam o modelo de revisão, além de que, o outro tipo de abordagem, a chamada “centrada em autores”, falha como método de síntese da literatura. Na mesma linha, Wolfswinkel *et al.* (2013) entendem que conceitos-chave, categorias, propriedades ou *insights* fazem parte do processo analítico de geração de categorias, por meio de um alto nível de abstração realizado pelo pesquisador. Quando os conceitos e categorias emergem, os pesquisadores devem executar um processo contínuo de análise comparativa, relacionando e ligando com as categorias já identificadas nos artigos. Além disso, enquanto procedem a leitura, devem ir documentando todo o processo de codificação (WOLSWINKEL *et al.*, 2013). Da mesma forma, Meijer e Bekkers (2015), na análise de suas publicações, definiram as palavras-indicador como método de classificação nas três dimensões do seu modelo meta-teórico. Nesta pesquisa foi utilizado o mesmo processo. Assim, como primeiro passo para a definição das palavras-indicador, foi procedida a leitura, de forma aleatória, de alguns artigos objeto da pesquisa da Gregor (2006), para cada um dos cinco tipos de teoria. Este processo permitiu uma pesquisa das principais palavras e sentenças que, no entendimento dos autores, indicavam a justificativa para classificação.

A Figura 3 apresenta os achados dessa fase do processo.

Figura 3 – Palavras-indicador da amostra de artigos da Gregor (2006)

Tipo de Teoria/Título do Artigo		Evidências
Análise	<i>Generalizing Generalizability in Information Systems Research</i>	"O objetivo deste ensaio é a <b>clarificar o conceito</b> de generalização examinando criticamente sua natureza, ilustrando seu uso e uso indevido, e apresentando um quadro para a <b>classificação</b> de suas diferentes formas." "O <b>framework</b> organiza as diferentes formas em quatro tipos..."
	<i>User Heterogeneity and its Impact on Electronic Auction Market Design: An Empirical Exploration</i>	"Nós usamos uma ...abordagem indutiva para desenvolver um <b>taxonomia</b> de comportamento de licitação em leilões online"
	<i>A Research Note Regarding the Development of the Consensus on Appropriation Scale</i>	"Nós ofereceremos algumas recomendações para a <b>análise</b> contínua ..."
Explicação	<i>Reconceptualizing Users as Social Actors in Informations Systems Research</i>	"A fim de promover uma melhor <b>compreensão</b> do uso de TIC, e para desenvolver uma alternativa ..."
		"Neste artigo, vamos <b>examinar</b> os constructos teóricos que moldam esse conceito de usuário e contrastar estes com visões alternativas que ajudam a reconceituar o usuário e contrastar estes com visões alternativas que ajudam a reconceituar o usuário como um ator social."
	<i>From the Vendor's Perspective: Exploring the Value Proposition in IT Outsourcing</i>	"Neste trabalho realizamos um <b>exame</b> atento de estratégia e práticas fornecedor em um longo prazo ..."
		"A análise <b>indica que</b> o eficiência do fornecedor foi baseada nos benefícios econômicos derivados da capacidade de desenvolver uma conjunto complementar de competências essenciais."
	<i>Portfolios of Control in Outsourced Software Development Projects</i>	"Este artigo <b>examina</b> a evolução da carteira de controles sobre a duração da terceirizada desenvolvimento de sistemas de informação." "Ele <b>conclui que</b> muitas das descobertas de pesquisa sobre controle de projetos DSI interno se aplicam ao contexto da terceirizada."
Predição	<i>Replicating Online Yankee Auctions to Analyze Auctioneers' and Bidders' Strategies</i>	"A ferramenta de <b>simulação</b> fornece um instrumento de teste para explorar conjuntamente o espaço combinatória de <b>projetar</b> escolhas feitas pelo leiloeiro "
Explicação e Predição	<i>Understanding the service component of application service provision: empirical analysis of satisfaction with ASP services</i>	"Nós desenvolvemos um modelo conceitual de satisfação com ASP que pode empiricamente <b>testar as previsões</b> usando dados de 256 empresas que utilizam serviços de ASP..." "Expectativas sobre o serviço ASP têm uma <b>influência significativa</b> sobre a avaliação do desempenho ASPs."
	<i>Trust and TAM in online shopping: an integrated model</i>	"O objetivo deste estudo foi <b>testar</b> a utilidade do quadro RBV, replicando, <b>generalizando</b> , e alargar o quadro de Bharadwaj (2000),..."
Design e Ação	<i>A model for design and management of content and interactivity of customer-centric Web sites</i>	"Nós desenvolvemos um <b>modelo</b> para guiar o desenho e a gestão contínua de tais sites..."
		"Uma abordagem de <b>design science</b> "
	<i>A fault threshold policy to manage software development projects</i>	"Nós <b>projetamos</b> um <b>modelo</b> ..." "Em nosso <b>modelo</b> , o governo define a penalidade, a taxa, ..."

Fonte: Elaborado a partir de Gregor (2006)

### 3.4 Classificação dos artigos por tipo de teoria

Após foi realizada a leitura detalhada e crítica sobre cada um dos 29 artigos a fim de obter a estratégia, abordagem, método de pesquisa e dados amostrais e, também, para proceder a classificação de cada artigo seguindo a tipologia de Gregor (2006).

Para esse processo de catalogação foi gerada uma tabela própria de codificação, com as palavras-indicador. A geração da tabela foi resultado de um processo iterativo de análise sistemática das palavras encontradas nas evidências dos artigos objeto de pesquisa da Gregor, em conjunto com as palavras encontradas na leitura dos artigos componentes do *corpus* da amostra desta pesquisa. A Figura 4 apresenta a relação de palavras-indicador por tipologia.

**Figura 4 – Palavras-indicador para a classificação dos artigos desta pesquisa**

<b>Tipo de Teoria</b>	<b>Palavra-Indicador</b>
<b>I – Teoria para Análise</b>	Concepção, <i>framework</i> , taxonomia, modelo conceitual, tipologia, classificação, classificar, conceitualização, análise, analisar, categorização, verificar, avaliar
<b>II – Teoria para Explicação</b>	explicação, examinar, examina ... e conclui que ..., entendimento, compreensão, como, indica que, reconceitualização, que determina, razões
<b>III – Teoria para Predição</b>	simulação, predição, predizer, projeto, projetar, testar, teste
<b>IV – Teoria para Explicação e Predição</b>	conduz à, influencia, determina
<b>V – Teoria para Desenho e Ação</b>	modelo, engenharia de software, guia, desenho, desenvolvimento, elaborar, projeto, projetar, recomendações, <i>design science</i>

Fonte: Dados da Pesquisa a partir de Gregor (2006)

O processo de classificação realizado neste estudo não utiliza somente a palavra-indicador como método de definição do tipo de teoria. Foi necessária uma análise crítica e reflexiva do conteúdo de cada um dos 29 artigos a fim de compreender exatamente o propósito de cada um dos trabalhos. Ressalta-se que os autores não avaliaram se cada artigo classificado atingiu, de acordo com critérios científicos, os propósitos a que se propunha. O enquadramento foi feito em cada tipo de teoria a partir do objetivo declarado em cada artigo.

A documentação da classificação (em todos os seus passos) pode se obtida com os autores.

## 4. RESULTADOS

Após o processo de classificação, foram analisadas as publicações de acordo com os critérios de caracterização das publicações, tipologia de Gregor (2006) e comparativo com as publicações americanas. A seguir estão descritos os resultados do processo de análise.

### 4.1 Caracterização das Publicações

Dos 29 artigos que fizeram parte do *corpus* da pesquisa, os cinco com maior volume de citações, segundo as informações obtidas no Google Acadêmico no mês de junho de 2015, estão relacionados na Tabela 2. Entre os cinco mais citados, três foram publicados na RAP – Revista de Administração Pública, sendo os dois com maior volume de citações, foram obtidos por meio da palavra-chave “e-gov”.

De acordo com a Tabela 3 e a Figura 5, há um indicativo de que a RAP possa ser considerada referência nacional em publicações de governo eletrônico, tanto pelo percentual de artigos publicados na Revista (Tabela 3) como pela quantidade de citações (Tabela 2).

**Tabela 2 – Artigos com maior volume de citações**

<b>Título do Artigo (Autor, Revista, ano)</b>	<b>Citações</b>	<b>Palavras-chave</b>
Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia (De Pinho, RAP, 2008)	104	<i>e-gov</i>
O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise (Diniz e Prado, RAP, 2009)	80	<i>e-gov</i>
Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras (Silva, Opinião Pública, 2005)	71	democracia digital
Governança democrática na era da informação (Ruediger, RAP, 2003)	45	<i>e-government</i>
O poder burocrático e o controle da informação (Sanchez, Lua Nova, 2003)	42	Governo eletrônico

Fonte: Dados da pesquisa

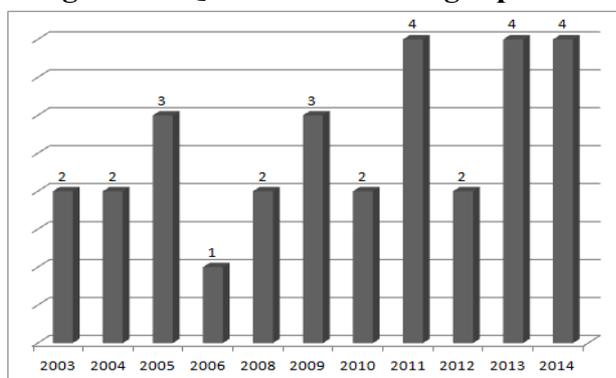
A distribuição da quantidade de artigos por revista está apresentada na Tabela 3.

**Tabela 3 – Quantidade de artigos por periódico**

<b>Revista</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>
RAP - Revista de Administração Pública	13	45
Opinião Pública	4	14
RAE - Revista de Administração de Empresas	2	8
Revista de Ciências da Administração	2	8
Acta Scientiarum	1	4
Dados: Revista de Ciências Sociais	1	3
História	1	3
Lua Nova: Revista de Cultura e Política	1	3
Produção	1	3
Revista de Ciências Sociais	1	3
Revista de Gestão da USP	1	3
Revista de Sociologia e Política	1	3
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

Quase metade dos artigos foram publicados na RAP – Revista de Administração Pública. A Figura 5 apresenta a quantidade de artigos por ano.

**Figura 5 – Quantidade de artigos por ano**



Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que os 29 artigos selecionados na amostra são posteriores ao ano de 2003, o que aponta para um incremento de produção científica em governo eletrônico posterior a esse período, com uma leve tendência à inclinação ascendente nos últimos anos.

#### 4.2 Análise dos Resultados segundo Gregor (2006)

A análise dos artigos da amostra, usando o modelo proposto por Gregor (2006), suscita a compreensão do grau de teorização nas publicações científicas de governo eletrônico brasileiras. A Tabela 4 apresenta os 29 artigos que compõem o *corpus* da pesquisa já categorizados de acordo com os cinco tipos de teoria da taxonomia da Gregor (2006). Dois deles não foram categorizados porque não tinham características de artigos científicos, mesmo atendendo aos três critérios de inclusão citados no método de pesquisa.

**Tabela 4 – Classificação dos Artigos**

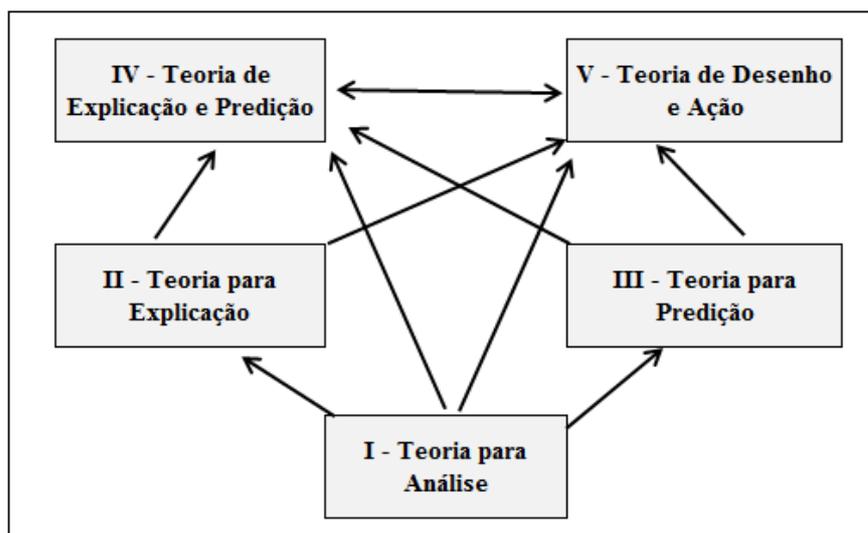
<b>Tipo</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>
I – Teoria para Análise	18	62
II – Teoria para Explicação	8	28
III – Teoria para Predição	0	0
IV – Teoria para Explicação e Predição	0	0
V – Teoria para Desenho e Ação	1	3
Não classificado	2	7
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

Fonte: Gregor (2006)

#### Tipo I – Teoria para Análise

Nota-se que um volume expressivo de artigos 18 de 29 (62%), foi categorizado como Tipo I - Teoria para Análise. Conforme a Figura 6, Gregor (2006) aponta a teoria Tipo I como necessária para o desenvolvimento de outras teorias. Aponta, também, que uma definição clara dos construtos é necessária para o todo da formulação teórica.

**Figura 6 – Inter-relacionamento entre os tipos de teorias**



Fonte: Gregor (2006)

O fato da expressiva maioria dos artigos terem sido classificados como Teoria para Análise vai ao encontro da afirmação de Meijer e Bekkers (2015), que aponta a prevalência de estudos de natureza descritiva em e-gov. Essa massiva quantidade de estratégias de pesquisa baseadas em estudos de caso descritivos também reforça a questão levantada por Bannister e Connolly (2015) da alta dependência deste tipo de pesquisa, que pode ser um indicativo de sub-teorização da área de governo eletrônico brasileira. Uma das razões para a maioria das pesquisas estarem no Tipo I, denominado “teoria fraca”, pode estar suportada pela afirmação de Heeks e Bailur (2007), os quais declaram que a pesquisa em e-gov é pobre, por conta de ser vista sempre como “filha” das disciplinas de Sistemas de Informação e Administração Pública. A questão é menos o uso da teoria do Tipo I, até porque conforme a Figura 6 os estudos que utilizam o Tipo I são a base direta ou indireta de todos os tipos de teoria. O que não é positivo a um determinado campo de conhecimento é ficar focado no Tipo I.

Assim, há um indicativo de que os estudos brasileiros ainda tem muito o que se desenvolver até chegar a gerar os outros tipos de teoria. A Figura 7 apresenta alguns artigos classificados neste tipo de teoria e as evidências, reforçadas pelas palavras-indicador, da forma de classificação utilizada neste estudo.

**Figura 7 – Evidências do Tipo I – Teoria para Análise**

Ano	Título do Artigo	Evidências
2009	Acessibilidade dos sítios web dos governos estaduais brasileiros: uma análise quantitativa entre 1996 e 2007	"Este artigo <b>analisa</b> a acessibilidade dos sítios dos governos estaduais brasileiros por meio de amostras coletadas entre 1996 e 2007"
2011	Gestão da cadeia de suprimento do setor público uma alternativa para controle de gastos correntes no Brasil	"O presente artigo desenvolve um <b>modelo teórico operacional (MTO)</b> de gestão da cadeia de suprimento para o poder público (GCSSP) com ênfase no processo de compras governamentais e utilizando técnicas de tecnologia da informação (TI), gestão de processos (GP) e comércio eletrônico"
2013	Avaliação dos riscos do pregão eletrônico - uma abordagem pela teoria da nova economia institucional	"Através das <b>análises</b> realizadas foi possível <b>classificar</b> os fornecedores em três grupos: alto risco, baixo risco e risco moderado"
2014	Sentidos e significados da participação democrática através da Internet - uma análise da experiência do Orçamento Participativo	"Este trabalho <b>analisa</b> três edições (2006, 2008 e 2011) do Orçamento Participativo Digital (OPD) de Belo Horizonte (MG)"

Fonte: Dados da pesquisa

### **Tipo II – Teoria para Explicação**

Um conjunto de 8 de 29 artigos (28%) foi classificado no Tipo II, demonstrando algum interesse dos pesquisadores brasileiros, em buscar o “como” e “porquê” dos fenômenos de e-gov, nas esferas governamentais brasileiras. O conceito de “teoria light”, proposto por Avison e Malaurent (2014), como um caminho convincente de compreensão de um fenômeno, e cuja principal contribuição de um artigo não precisa ser teórica, possibilita concluir que a teoria Tipo II, a chamada “teoria da compreensão”, tem definição próxima e, portanto, parece ter alta aderência conceitual.

A Figura 8 apresenta as evidências encontradas em alguns artigos classificados neste tipo de teoria, destacando as palavras-indicador como um importante insumo para a classificação.

**Figura 8 – Evidências do Tipo II – Teoria para Explicação**

Ano	Título do Artigo	Evidências
2005	Por que é difícil fazer o verdadeiro "Governo-eletrônico"?	"O objetivo deste trabalho é apresentar um framework que permita <b>entender</b> o complexo ambíguo fenômeno do "Governo-eletrônico" (eGovernment) e seus diferentes modelos ... compreender as <b>razões</b> que têm impedido até agora a difusão do verdadeiro Governo-eletrônico ..."
2009	O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise	O modelo parte do pressuposto de que o conjunto de relacionamentos decorrentes das interações entre atores e <b>fatores influenciadores</b> ao longo das diferentes etapas <b>cria relações</b> de diferentes intensidades e naturezas, <b>que impactam</b> o desenvolvimento, consolidação e institucionalização de um programa de governo eletrônico... A <b>compreensão</b> das principais variáveis <b>que determinam</b> o sucesso ou fracasso das iniciativas ..."
2011	Tecnologias de Informação e Integração Regional - Desafios Institucionais para a Cooperação Sul-Americana na Área de Segurança	"... procuramos aqui responder o <b>porquê</b> de as novas Tecnologias de Informação e Comunicação afetarem diferenciadamente a capacidade de cooperação regional em ... Esta pesquisa <b>verificou</b> que, ao menos no caso do Brasil, a <b>causa principal</b> do maior uso de Tecnologia de Informação e Comunicação na área policial"
2014	Internet e participação: o caso do orçamento participativo digital de Belo Horizonte	"Realizamos este trabalho para <b>compreender</b> o uso da internet pelo cidadão na tomada de decisão pública e para explicar a diminuição da sua participação ... possíveis <b>razões</b> da queda na participação ao longo dos anos ..."

Fonte: Dados da pesquisa

### Tipo III – Teoria para Predição

Nenhum dos 29 artigos da amostra deste estudo foram categorizados como Teoria Tipo III – Teoria para Predição. Isso significa que não foram encontradas evidências em relação às pesquisas brasileiras constantes da amostra que tivessem foco em fazer prognósticos sobre os fenômenos de e-gov nos governos brasileiros. Não foram encontrados estudos, no *corpus* da pesquisa, de predições sobre “o que será”, sem explicar as relações causais para ocorrência do fenômeno.

### Tipo IV – Teoria para Explicação e Predição (Teoria EP)

Nenhum artigo da amostra foi classificado na teoria do Tipo IV, que fornece previsões e explicações causais. Este parece ser um achado importante da pesquisa porque pode demonstrar como a pesquisa científica brasileira não tem tratado a ocorrência dos fenômenos de e-gov, em termos de entendimento de causas em conjunto com predições. Por ser uma teoria considerada madura e coesa por Bannister e Connolly (2015), nenhum artigo ser categorizado neste tipo pode indicar baixo nível de maturidade das pesquisas de governo eletrônico no Brasil.

### Tipo V – Teoria para Desenho e Ação

Somente um único artigo (de 29 que compunham a amostra) foi classificado no Tipo V, evidenciando um baixo uso de *design science* nas pesquisas brasileiras. A teoria de Desenho e Ação é fortemente inter-relacionada com a teoria Tipo IV, por conta do conhecimento que as pessoas devem ter em Tecnologia da Informação, que as habilitem a desenhar e desenvolver novas informações sobre os artefatos (GREGOR, 2006). Essa inter-relação, conforme ilustrado na Figura 6, entre a teoria do Tipo V e a do Tipo IV, pode explicar a incidência de pouca Teoria do Tipo V (5% somente), uma vez que incidência da

Teoria do Tipo IV é nula (0%). Esse comparativo permite encontrar indícios sobre o grau de teorização do e-gov brasileiro, com vistas a compreender se a área pode ser considerada sub-teorizada ou não. A Figura 9 apresenta as evidências da Teoria do Tipo V.

**Figura 9 – Evidências do Tipo V – Teoria para Desenho e Ação**

Ano	Título do Artigo	Evidências
2005	Estrutura de informação para sites municipais: reunindo cidadania e ergonomia	"...e a partir da análise dos resultados procedeu-se à elaboração de critérios ergonômicos com a abordagem cidadania para o <b>desenvolvimento de sites municipais</b> ... .. apresenta tanto a estrutura de informação para sites municipais como <b>recomendações para a elaboração de sites ...</b> "

Fonte: Dados da pesquisa

Na Figura 9, assim como nas Figuras 7 e 8, merecem destaque as palavras-indicador, criadas pelos autores nesta pesquisa de forma análoga ao que foi feito pro Gregor (2006), e que serviram como insumo para tomada de decisão do enquadramento, contribuindo para a redução da arbitrariedade na enquadramento dos artigos nas teorias.

### 4.3 Comparativo dos resultados com a pesquisa americana

A Tabela 5 mostra o comparativo do estudo da amostra de 29 artigos brasileiros com o estudo de Gregor (2006) com 50 artigos publicados em dois periódicos internacionais (entre 2003 e 2004), quais sejam *MIS Quartely* e *Information Systems Research*.

**Tabela 5 – Comparativo de resultados com os periódicos americanos**

Tipo de Teoria	Frequência (Brasil)	%	Frequência (EUA)	%
I – Teoria para Análise	18	62	3	6
II – Teoria para Explicação	8	28	4	8
III – Teoria para Predição	0	0	1	2
IV – Teoria para Explicação e Predição	0	0	33	66
V – Teoria para Desenho e Ação	1	3	9	18
Não classificado	2	7	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>50</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado com base em Gregor (2006)

O objetivo do presente artigo se diferencia daquele do de Gregor (2006). A autora buscava a validação da sua tipologia, enquanto o foco deste artigo é o entendimento quanto ao nível de uso de teorias nas publicações de e-gov brasileiras. Contudo, mesmo tendo diferentes finalidades, entende-se que a comparação entre eles pode fornecer um indicativo relevante. Pode-se observar que enquanto as publicações brasileiras estão concentradas no tipo I (62%), as americanas tem como base a teoria tipo IV (66%). Conforme indicado anteriormente, Bannister e Connolly (2015) afirmam que muitos pesquisadores consideram teoria somente as do Tipo IV. Esse tipo de teoria fornece tanto o entendimento das causas e predições como as descrições dos construtos teóricos e os relacionamentos entre eles (GREGOR, 2006). Assim, mesmo comparando os anos 2003 e 2004 nos artigos americanos contra 2003 a 2014 nos artigos brasileiros, ainda assim há indicativo de maior robustez e rigor nas pesquisas publicadas em periódicos dos Estados Unidos.

Na amostra americana, o segundo tipo de teoria mais citada (18%) é a do Tipo V (Desenho e Ação). Isso pode ser em virtude dos artigos objeto do estudo serem relacionados com a temática de Sistemas de Informação, nos quais a questão de desenvolvimento de

*softwares, frameworks* como guias para construção de artefatos de TI e *design science* parece ser mais apropriada. Um resultado semelhante é a baixa incidência, nas duas amostras, de publicações utilizando teoria do Tipo III. A própria Gregor (2006) questiona se este tipo de teoria é realmente necessária. Uma justificativa poderia ser porque no campo de Sistemas de Informação e, conseqüentemente em *e-gov*, não são comuns teorias desse tipo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal achado desta pesquisa foi a concentração de artigos classificados na teoria Tipo I – Análise (62% das publicações da amostra). Considerando que o principal critério utilizado por Gregor (2006) para a classificação são os objetivos primários da teoria, constata-se que as pesquisas de *e-gov* brasileiras tem tido como principal questão de interesse a descrição do fenômeno, a análise das relações entre os construtos, bem como, o nível de generalização dos construtos e seus relacionamentos. Contudo, pesquisas buscando explicação de “como”, “porquê” e “quando” o fenômeno ocorre, de forma a buscar a sua compreensão representaram somente 28% do total dos artigos da amostra. Somado a isso, nenhuma publicação foi encontrada buscando como problema de pesquisa os objetivos conjuntos de explicação e predição, que configuram robustez à pesquisa, a Tipo IV.

A justificativa para estes resultados poderia ser a grande abrangência do conceito de teoria, adotado por Gregor (2006), refletido em cinco tipos distintos e ainda evitando a qualificação como formal, tradicional, superior ou inferior. Essa amplitude nos permite, por exemplo, classificar artigos como Tipo I, como artigos contendo algum tipo de teoria. Isso significa que ao adotar a tipologia abrangente de Gregor pode-se considerar a área de *e-gov* brasileira hiper-teorizada, já que foi possível classificar 93% dos artigos em alguma teoria.

Por outro lado, em uma visão mais crítica, com maior rigidez de critérios, considera-se: a) as teorias descritivas (do Tipo I) como fracas e nem sendo considerados por alguns estudiosos como teorias (BANNISTER e CONNOLLY, 2015); b) a teoria EP (Explicação e Predição, Tipo IV) como madura e coesa em seu campo de estudo (BANNISTER e CONNOLLY, 2015); c) a grande quantidade de teorias nos dois periódicos americanos catalogadas como EP (66%) e nenhuma no Brasil; e d) o Tipo I como o mais baixo no mapa de inter-relacionamento dentre as teorias (GREGOR,2006), o que nos levaria a considerar a área de *e-gov*, no Brasil como sub-teorizada. Entender “porque”, “o que será” ou “como fazer algo” representam estágios necessários para o crescimento e consolidação de um campo de pesquisa que não são passíveis de obter quando o interesse das pesquisas é apenas em “o que é”. Analisando a Figura 6, pode-se entender os estudos em *e-gov* no Brasil ainda em um estágio inicial. O aspecto positivo é que sem as Teorias do Tipo I não é possível ir adiante nas demais, o que significa que o campo de *e-gov* brasileiro tem um patrimônio significativo que pode alavancar estudos dos tipos II à V, o que viabiliza um maior aprofundamento dos estudos, e conseqüentemente maior contribuição tanto teórica quanto prática

A principal contribuição deste artigo para área de *e-gov* brasileira é a compreensão sobre o grau de uso de teorias, proporcionando uma reflexão crítica do estado e domínio do conhecimento em governo eletrônico no Brasil. O estudo indica a necessidade de utilizar outros estágios de teorias nos estudos brasileiros sobre governo eletrônico.

Outras pesquisas que podem suceder a esta envolvem a ampliação das palavras-chave de busca para todas contidas na EGRL, a avaliação das publicações de *e-gov* brasileiras segundo as seis preocupações de Avison e Malaurent (2014) de enfoque exagerado na utilização de teorias e a avaliação das teorias importadas e exportadas em *e-gov* (BANNISTER e CONNOLLY, 2015). Ainda há muito que explorar e ser descoberto. Novos estudos de revisão sistemática de literatura devem fornecer subsídios e contribuições importantes sobre o fenômeno de governo eletrônico brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVISON, David; MALAURENT, Julien. Is theory king&quest;: questioning the theory fetish in information systems. **Journal of Information Technology**, v. 29, n. 4, p. 327-336, 2014.
- BEKKERS, Victor. Why does e-government look as it does? looking beyond the explanatory emptiness of the e-government concept. **ICT, Public Administration and Democracy in the Coming Decade**, v. 20, p. 118, 2013.
- BANNISTER, Frank; CONNOLLY, Regina. The great theory hunt: Does e-government really have a problem?. **Government Information Quarterly**, v. 32, n. 1, p. 1-11, 2015.
- EGRL. The E-Government Reference Library. Disponível em <http://faculty.washington.edu/jscholl/egrl/history.php>. Acessado em 25 jun 2015.
- GREGOR, Shirley. Design theory in information systems. **Australasian Journal of Information Systems**, v. 10, n. 1, 2002.
- GREGOR, Shirley. The nature of theory in information systems. **MIS quarterly**, p. 611-642, 2006.
- GRÖNLUND, Åke. State of the art in e-Gov research—a survey. In: **Electronic government**. Springer Berlin Heidelberg, 2004. p. 178-185.
- GRÖNLUND, Åke; ANDERSSON, Annika. e-Gov research quality improvements since 2003: more rigor, but research (perhaps) redefined. In: **Electronic government**. Springer Berlin Heidelberg, 2006. p. 1-12.
- HEEKS, Richard; BAILUR, Savita. Analyzing e-government research: Perspectives, philosophies, theories, methods, and practice. **Government information quarterly**, v. 24, n. 2, p. 243-265, 2007.
- LEE, Jungwoo. 10year retrospect on stage models of e-Government: A qualitative meta-synthesis. **Government Information Quarterly**, v. 27, n. 3, p. 220-230, 2010.
- LUCIANO, Edimara Mezzomo; WIEDENHÖFT, Guilherme Costa; MORON, Marie Anne Macadar. What is in or out of a particular field of knowledge? Reflections on IT Governance Studies. In: **CONF-IRM 2015**. Proceedings of the 7th The International Conference on Information Resources Management, 2015.
- LUNA-REYES, Luis Felipe; GIL-GARCÍA, J. Ramón. Using institutional theory and dynamic simulation to understand complex e-Government phenomena. **Government Information Quarterly**, v. 28, n. 3, p. 329-345, 2011.
- MARGETTS, Helen. Public management change and e-government: the emergence of digital-era governance. **Routledge handbook of Internet politics**, p. 114-127, 2009.
- MEIJER, Albert; BEKKERS, Victor. A metatheory of e-government: Creating some order in a fragmented research field. **Government Information Quarterly**, 2015.
- SCHNOLL, Hans J. **E-government: Information, technology, and transformation**. Routledge, 2015.
- SUTTON, Robert I.; STAW, Barry M. What theory is not. **Administrative science quarterly**, p. 371-384, 1995.
- WANG, Fang. Explaining the low utilization of government websites: Using a grounded theory approach. **Government Information Quarterly**, v. 31, n. 4, p. 610-621, 2014.
- WEBSTER, Jane; WATSON, Richard T. Analyzing the past to prepare for the future: Writing a literature review. **Management Information Systems Quarterly**, v. 26, n. 2, p. 3, 2002.
- WOLFSWINKEL, Joost F.; FURTMUELLER, Elfi; WILDEROM, Celeste PM. Using grounded theory as a method for rigorously reviewing literature. **European Journal of Information Systems**, v. 22, n. 1, p. 45-55, 2013.
- YILDIZ, Mete. E-government research: Reviewing the literature, limitations, and ways forward. **Government Information Quarterly**, v. 24, n. 3, p. 646-665, 2007.